



XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã

de 08 a 10 de outubro 2025
Universidade Federal do Tocantins

MAPEAMENTO DAS TVS COMUNITÁRIAS NO BRASIL: distribuição, desafios e potencial de inclusão social¹

Maria Alice Campos – Universidade do Minho,
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – CECS

RESUMO

O presente estudo propõe uma reflexão crítica sobre os desafios e o potencial das televisões comunitárias no Brasil, a partir de um mapeamento realizado entre outubro de 2024 e janeiro de 2025. Foram identificadas 210 emissoras, incluindo canais no Serviço de Acesso Condicionado, na televisão digital terrestre e em plataformas digitais. A investigação, de natureza teórico-reflexiva, combina revisão bibliográfica com análise documental e sistematização empírica. Os resultados indicam um campo em expansão, mas marcado por fragilidades institucionais e pela ausência de políticas públicas sustentáveis. O mapeamento integra o projeto *Mapeamento da comunicação comunitária no Brasil e suas políticas de sustentabilidade*, desenvolvido pelo Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (UFF-Brasil) e pela *Red de Investigación en Comunicación Comunitaria, Alternativa y Participativa* (Universidade Complutense de Madrid).

PALAVRAS-CHAVE: televisão comunitária; democratização da comunicação; inclusão social; políticas públicas; Brasil

1 INTRODUÇÃO

As televisões comunitárias configuram-se como meios alternativos de comunicação que emergem da organização da sociedade civil, assumindo um papel fundamental na promoção da diversidade cultural, no fortalecimento da cidadania e na democratização da comunicação. Em contraste com os grandes conglomerados midiáticos, essas emissoras são geridas de modo participativo, com foco na produção e veiculação de conteúdos locais, geralmente ignorados pela mídia comercial. Ao permitirem que as comunidades contem suas próprias histórias, essas televisões contribuem para a valorização das identidades culturais e para a construção de uma esfera pública mais inclusiva.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação de natureza teórico-reflexiva, que combina uma revisão bibliográfica e mapeamento empírico das televisões comunitárias brasileiras, desenvolvido entre outubro de 2024 e janeiro de 2025. A etapa empírica centrou-se na identificação e sistematização das televisões comunitárias em funcionamento no país. As fontes utilizadas incluíram registros anteriores e dados obtidos em sites e redes sociais das associações representativas do setor, concomitante a uma busca ativa na internet. As informações foram submetidas à análise documental e à validação com o cruzamento entre fontes, o que garantiu maior fiabilidade e atualidade dos dados consolidados. O resultado é a construção de uma base nacional atualizada de televisões comunitárias em operação, organizada num mapa interativo e fundamentada por uma reflexão teórica crítica sobre o papel estratégico desses canais na democratização da comunicação no Brasil contemporâneo.

¹ Trabalho apresentado no GT1 – Meios e Processos de Comunicação para a Cidadania da **XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2025**, realizada de 08 a 10 de outubro de 2025, na Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO.

Para além dos canais comunitários vinculados ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), propõe-se a inclusão de meios comunitários que operam na televisão digital terrestre e em plataformas digitais — como Web TVs comunitárias e canais online com produção local e gestão participativa, inseridos no ecossistema da comunicação comunitária digital.

Para além da sistematização quantitativa, a investigação inclui uma abordagem crítica e reflexiva sobre os dados consolidados, à luz de referenciais teóricos que discutem o direito à comunicação, a esfera pública e os desafios da comunicação comunitária no contexto da digitalização e das desigualdades estruturais. Essa leitura interpretativa permitiu compreender não somente o número e a distribuição das TVs comunitárias, mas também as condições políticas, institucionais e simbólicas que atravessam o seu funcionamento e sustentabilidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que sustenta esta investigação articula autores que abordam a legitimidade democrática, o direito à comunicação e as práticas de mediação comunitária.

A legitimidade democrática fundamenta-se num processo comunicativo inclusivo e racional, no qual todos os cidadãos podem exercer livremente as suas liberdades comunicativas, participando da formação discursiva da opinião e da vontade coletiva (Habermas, 2020). A justiça comunicacional, por sua vez, depende das liberdades substantivas que os indivíduos possuem para agir, participar da vida social e comunicar-se plenamente (Sen, 2009).

Articuladas a uma concepção de esfera pública inclusiva, as práticas de comunicação comunitária envolvem o engajamento direto das comunidades na produção, gestão e circulação de conteúdos, favorecendo a deliberação coletiva e o reconhecimento das identidades locais (Cabral, 2024). Neste sentido, as televisões comunitárias no Brasil inserem-se no campo da comunicação alternativa, concebida como uma prática social orientada pelo direito humano à comunicação e pela participação cidadã (Peruzzo, 2007; Campos, 2017). Compreendidas como espaços contra-hegemônicos de produção simbólica e de construção de narrativas próprias (Campos & Melo, 2017), essas emissoras operam fora da lógica comercial dominante, afirmando-se como canais acessíveis, plurais e representativos das diversidades socioculturais brasileiras.

As televisões comunitárias configuram-se como instâncias relevantes de mediação democrática, ao ampliarem o acesso à comunicação, promoverem o pluralismo informativo e fortalecerem a participação cidadã nos processos sociais e políticos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento realizado entre outubro de 2024 e janeiro de 2025 identificou 210 televisões comunitárias em funcionamento no Brasil, representando um crescimento expressivo em relação aos 57 canais anteriormente mapeados em 2010. As emissoras atuam em diferentes formatos de transmissão, incluindo o Serviço de Acesso Condicionado — SeAC, o Canal da Cidadania e plataformas digitais. A diversidade de meios e a emergência de redes colaborativas — como a Rede Comunidade de Televisão no Rio Grande do Sul — revelam a capacidade de adaptação e articulação dessas emissoras no contexto da comunicação digital. No entanto, o estudo também evidenciou entraves importantes: registros cadastrais inativos na Receita Federal, ausência de atualização institucional e fragilidade estrutural comprometem a sustentabilidade das iniciativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As televisões comunitárias — com seus exemplos de comunicação cidadã no Brasil —, ainda que subfinanciadas e invisibilizadas, integram um ecossistema midiático em transformação, tensionado por mudanças tecnológicas, pela emergência de novas formas de produção digital e pelas persistentes lacunas das políticas públicas.

A expansão da presença comunitária em plataformas digitais evidencia uma vitalidade que resiste à precariedade estrutural, mas também expõe os limites da autonomia sem políticas públicas sustentáveis. A digitalização, embora inevitável, exige medidas concretas de apoio institucional,

formação técnica e fomento contínuo, de modo a garantir as condições efetivas para que essas emissoras cumpram a sua função social.

O presente estudo reafirma o papel estratégico das televisões comunitárias na democratização da comunicação e no fortalecimento das liberdades, ao ampliar o direito à liberdade de expressão, à representação e à participação social. O reconhecimento do seu valor como instâncias legítimas de mediação democrática torna urgente a formulação de políticas públicas que promovam o financiamento estruturado, a qualificação dos agentes locais e o enquadramento legal condizente com os princípios da justiça comunicacional.

Referências

- CABRAL FILHO, Adilson. Visibilidade política da Comunicação Comunitária na América Latina. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação — INTERCOM**, 47., 2024. Balneário Camboriú.
- CAMPOS, Maria Alice. Televisão comunitária e a democratização da comunicação. In: **Revista ABTU**, Brasília, p. 12–25, jul. 2024.
- CAMPOS, Maria Alice; MELO, Mário Jefferson Leite. **Anões na terra dos gigantes: a comunicação comunitária televisiva no Brasil**. Lisboa: Frenavatec, 2017.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria política**. Tradução de L. Nahodil; organização de M. A. D. Almeida. Lisboa: Edições 70, 2020. (Obras escolhidas de Jürgen Habermas, v. 4). Obra original publicada em 2009.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Televisão comunitária: dimensão e participação cidadã na mídia local**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mobilização social para democratizar a comunicação no Brasil. In: **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, Lisboa, p. 89–98, 2008.
- SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Luiz Henrique Lopes de Araújo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.